

SESSÃO DE ABERTURA

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Teresa Ambrósio

Agradeço a todos os que se disponibilizaram a lançar o debate aqui no CNE em torno da problemática das Redes de Aprendizagem, Redes de Conhecimento. Muito especialmente, agradeço ao Professor Dias de Figueiredo, porque nos ajudou desde o início a equacionar o conteúdo da matéria e a forma de fazermos a abordagem destas questões e nos pôs em contacto com imensos especialistas estrangeiros os quais, infelizmente, não foi possível trazer nesta altura a Portugal. Agradeço também a todos os Senhores Conselheiros que representam alguns dos grupos e instituições no CNE, nomeadamente os professores do ensino básico, as escolas secundárias, os estudantes, as escolas profissionais, o ensino superior, e que estiveram disponíveis para colaborar. Esta é uma tentativa de fazer o debate entre os que estão no terreno, que têm a noção dos problemas na escola e os que estão mais avançados já, quer pelo lado da investigação, quer pelo lado do uso das novas tecnologias da comunicação e de informação.

Este Seminário não é uma conferência para grande público, para difusão nos meios de comunicação, mas é, repito, uma conferência ou um seminário que gostaríamos que fosse de debate. Ele vai na linha de um debate iniciado já no Conselho sobre a questão da Sociedade da Informação e a Educação, onde abordámos o problema dos computadores, dos meios informáticos na escola, enquanto recurso didáctico. Julgo que foi um bom contributo, na altura.

Vamos continuá-lo hoje incidindo sobre a aprendizagem em Redes, Redes Virtuais, Internet, multimédia, na escola e fora dela.

Obviamente, partimos da perspectiva da educação, não apenas escolar mas da aprendizagem ao longo da vida em múltiplos espaços e em múltiplos tempos. Contextualmente partimos também do desafio actual de convergência das políticas educativas, das intervenções educativas, da expansão da oferta e da procura educativa em espaços mais largos do que o nosso país, a nível da Europa, nomeadamente. No CNE, estamos tentando

situar ou ajudar a repensar a política educativa adequada à sociedade da informação, e não apenas a ver o que é que a escola praticamente deve fazer ou retribuir ou receber. Penso que reflectir sobre a problemática da educação neste contexto da sociedade da informação ou do conhecimento, como queiram dizer, obriga, realmente, a repensarmos as finalidades da educação, que devem ser redefinidas ou reorientadas para objectivos educativos que são de hoje.

Julgo que, como sabemos em teoria, não há melhor solução para resolver determinados problemas do que saber equacionar bem o problema. Eu julgo que o problema da educação, hoje, na sociedade do conhecimento, na sociedade da informação, não está ainda suficientemente bem equacionado. Portanto, este debate, relativamente fechado mas no qual participam todos os senhores convidados cuja presença eu agradeço, poderá contribuir para nós próprios, enquanto Conselheiros, irmos criando também redes de debate e de informação pública.

A questão dialéctica entre ensinar e obter competências para a sociedade da informação *versus* desenvolvimento de todas as potencialidades dos indivíduos, socialização dos indivíduos *versus* preparação para a vida activa, desenvolvimento da ciência e da cultura *versus* capacidade de intervir na cidadania enquanto cidadão, tudo isto hoje parece que são grandes finalidades que se chocam. Julgo que não são finalidades que se chocam, julgo que temos é que saber dar coerência a estas finalidades educativas através de objectivos a atingir nas nossas intervenções a nível escolar e não escolar.

Outra linha que é importante para o nosso debate e que as redes de aprendizagem podem pôr em evidência é, nos nossos dias, a passagem da focalização pedagógica e educativa da escola para a focalização do aluno, o que justifica o enfoque e o ênfase que se dá hoje à necessidade de rever metodologias, estratégias educativas para os alunos, para o estudante e para o aprendente.

Julgo que o equacionamento das redes da educação, quer enquanto redes de aprendizagem, quer enquanto redes de produção de conhecimento,

ou de acesso ao conhecimento, obriga-nos a este ênfase na educação do aluno ao longo da vida, e não apenas na escola, isto é, do aluno escolar. É uma nova preocupação no contexto das políticas da educação e que, provavelmente, fará alargar ainda mais o âmbito de intervenção dos Senhores Ministros da Educação dado que a educação tem hoje uma convergência com ciência e cultura. O que desejaríamos obter deste mesmo seminário seria tentar também concretizar algumas recomendações que acabamos de aprovar, aqui no Conselho, no Parecer da “Aprendizagem ao Longo da Vida”, sobre esta matéria.

Na realidade, é difícil tentar perceber como é que pode concretizar-se a pouco e pouco este desafio da aprendizagem ao longo da vida, se não pensarmos na educação para além da escola. O mundo da educação não é hoje só a escola; o tempo da educação não é apenas o tempo de formação escolar, e uma política educativa não é também apenas uma concretização da nossa Lei de Bases, que é essencialmente uma Lei de Bases do Sistema Educativo. E é neste alargamento de conceito de educação ao longo da vida, educação em vários espaços, que o conceito de redes de educação, redes de aprendizagem, redes de conhecimento nos pode levar a repensar a educação, não apenas nas escolas, mas também em espaços profissionais, comunitários, culturais e ainda na base de parceria educativa.

Gostaria de dizer-vos que este seminário foi pensado primeiramente com a participação de Conselhos Nacionais que pertencem à rede europeia-EUNEC. Infelizmente não nos foi possível, mas temos pelo menos um representante da França hoje connosco, e esperamos que possamos fazer o tal debate, que estava marcado para amanhã com os representantes dos diferentes Conselhos, posteriormente. O debate está assim, portanto, aberto, vem na continuidade de trabalhos que o Conselho tem feito e o que esperamos é, no final, abriremos portas para saber que tipo de conhecimentos é que nos faltam. Esta é uma área onde a investigação em Portugal não se tem debruçado muito, embora se tenha feito muita coisa. E, no entanto, temos nichos de investigadores que poderão ajudar a desenvolver o conhecimento sobre processos de aprendizagem em rede, que caminhos percorrer e que correções imediatamente introduzir, para podermos apoiar

quem é responsável, que tem de se preocupar com o dia-a-dia, como é o caso do Ministério da Educação.

Daria apenas, se o Senhor Ministro me permite, uns minutos ao Senhor Secretário-Geral que foi quem preparou este seminário, para explicar a lógica do conteúdo e da relação entre os diferentes debates.

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Manuel I. Miguéns

Muito obrigado, Senhora Presidente.

Permitam-me que comece por sublinhar, e agradecer também, a presença do Senhor Ministro da Educação, que tem feito questão de nos acompanhar assiduamente, nas múltiplas iniciativas que o CNE tem levado a cabo, o que muito nos honra. Devo também agradecer a presença do Professor Dias de Figueiredo e, particularmente, o apoio que nos assegurou na fase embrionária desta iniciativa, ajudando, desde logo, na clarificação das temáticas em discussão e na estruturação lógica das intervenções e aceitando ser aquilo que se chama agora o *key-note speaker* deste seminário. Aqui fica, portanto, o meu agradecimento sincero.

Como calculam, a minha tarefa, depois do que a Senhora Presidente disse nesta sua primeira intervenção é, no mínimo, uma tarefa ingrata. Depois de alguns meses de trabalho para preparar este seminário, apoiado por uma equipa inegavelmente dedicada e empenhada que colabora connosco no Conselho Nacional de Educação, chegado a este dia, a minha tentação seria certamente a de vos dizer apenas: sejam bem vindos.

Mas este é um seminário que preparámos para discutir uma parcela do futuro, uma parcela da ligação entre a educação e as tecnologias, e nós quisemos ir um pouco mais longe. Procurámos lançar uma reflexão e um debate que julgo que traz aqui ao Conselho Nacional de Educação alguns dos mais reconhecidos especialistas e académicos nesta matéria, em Portugal. Quisemos lançar uma reflexão sobre alguns dos caminhos possíveis para o futuro da educação neste sector. Quisemos dar um contributo para o debate, para a construção desse mesmo futuro. E, para quem, como eu, acredita numa aprendizagem construída pessoal e socialmente, com professores que não se limitam a disponibilizar tarefas e eventos ou encontros dos seus alunos com a realidade, mas que os apoiam na reestruturação e progressão das ideias, que intervêm, promovem diálogos e interações colaborativas com outros alunos, que dedicam tempo ao

ensino de conceitos para usarem depois com os seus alunos, no desenvolvimento de competências; quem, como eu, acredita no papel insubstituível do professor que ensina, não pode passar ao lado do enorme potencial que nos oferecem as tecnologias e, em particular, as redes que elas permitem estabelecer.

Permitam-me uma nota pessoal. Há mais de quinze anos, tinha eu um “Timex” com o qual ensaiava uma programação rudimentar e desajeitada em *basic*, vi-me envolvido num programa nacional chamado “Projecto Minerva”, que era coordenado, precisamente pelo Professor António Dias de Figueiredo. Nessa altura não havia Internet, não falávamos através do computador, não havia correio electrónico, não havia computadores nas escolas, mas havia pessoas, académicos e pensadores portugueses, como o Professor Dias de Figueiredo ou como o Professor João Pedro da Ponte que, infelizmente, não pôde estar connosco porque está ausente de Lisboa, ou como, por exemplo, o Professor Altamiro Machado que infelizmente nos deixou há muito pouco tempo; havia, dizia eu, estas pessoas que nos antecipavam um pouquinho do futuro, em relação ao qual, a educação, o ensino não podiam ficar indiferentes. A meu ver, foi esse “Projecto Minerva”, pelo qual passaram igualmente convidados nossos que aqui estão hoje, como o Professor Paulo Dias, da Universidade do Minho, a Professora Isabel Chagas, da Universidade de Lisboa, o Professor José Luís Ramos, da Universidade de Évora, o Dr. João Correia de Freitas, que é Director do “Programa Internet na Escola”, o Dr. Francisco Melo Ferreira, que trabalha no “Programa Nónio”; foi o “Projecto Minerva”, dizia, que nos ensinou e ajudou a procurar inovações e mudanças na escola e no ensino, com recurso às tecnologias, sem deixar de dar o primado à educação, sem limitar ou desvalorizar o insubstituível papel do professor.

Mas o futuro dessa época, há quinze anos atrás, é hoje passado e, por isso, aqui estamos a perspectivar um novo futuro, para o qual contribuirão, por certo, as mais recentes inovações tecnológicas e a possibilidade de as utilizarmos na educação.

É sobre o inegável potencial das redes de conhecimento e de aprendizagem, que aqui vamos reflectir, sobre a aprendizagem escolar, sobre a aprendizagem ao longo da vida, aquilo a que um dia destes procurei aqui chamar uma certa aprendizagem sem fronteiras espaciais ou temporais...

... clarificando conceitos com o Professor Dias de Figueiredo, atendendo aos nós e aos laços das redes, um título feliz da Eng.^a Lusitana Fonseca, considerando o trabalho colaborativo com a Professora Isabel Chagas e com o Professor Paulo Dias, tendo em conta que as redes somos nós, como diz o Professor José Luís Ramos, apreciando o que se passa no terreno com o Dr. João Correia de Freitas, e pensando o que falta percorrer entre o possível e o desejável com o Dr. Francisco Melo Ferreira. Que seja um frutuoso dia de trabalho, que nos possibilite dar à estampa, e o Conselho Nacional de Educação e a sua Presidente costumam fazer questão disso, uma publicação do CNE, útil para todos os que se interessam pelas temáticas educativas no nosso país.

Gostaria só de deixar duas palavras finais que são devidas, aos Senhores Conselheiros Professor Pedro Lynce de Faria, Dr.^a Ana Penim, Dr. Leonel Silva, Dr. José Pacheco e Ana Rita Varela, pela sua disponibilidade para assegurarem comentários, gerirem debates e elaborarem a síntese deste seminário.

Por fim, também uma palavra de agradecimento para a boa colaboração do “Programa Internet na Escola”, do Ministério da Ciência e da Tecnologia, que nos permite transmitir este seminário através da Internet. Queremos desde já reconhecer e agradecer esta boa colaboração.

A todos deixo aqui o nosso obrigado e votos de um bom dia de trabalho.

Ministro da Educação

Augusto Santos Silva

A minha presença aqui é facilmente explicável, por três razões fundamentais e queria sublinhá-las às três.

A primeira razão é o cumprimento de um dever. Não devemos esquecer que o Conselho Nacional de Educação é o órgão por excelência de participação dos parceiros, dos interesses organizados na “coisa” educativa e, portanto, é um órgão por excelência de facilitação e organização da participação pública na definição de políticas públicas em educação e formação.

A segunda razão é que é muito importante conseguirmos articular os tempos de que se fazem a definição e a concretização dessa política pública. Um tempo de reflexão, de discussão, de abertura de horizontes e antecipação de objectivos, de direcções, de estratégias; e um tempo de gestão cuidadosa do sistema tal como ele existe, e tal como queremos que ele evolua – com toda a estabilidade e tranquilidade, mas também com todas as mudanças necessárias. Para mim, estes momentos são decisivos para a formação de políticas públicas, informadas, esclarecidas e em linha com o seu tempo, isto é, em linha com o futuro que procuram projectar.

A terceira razão tem a ver com a definição da temática deste encontro. O tema é “redes de aprendizagem, redes de conhecimento”. Não me demoraria sobre a importância de falar do conhecimento e da aprendizagem para o conhecimento, porque essa é uma nota consensual, adquirida por todos nós. Daí a insistência com que procuramos definir-nos por relação a uma sociedade do conhecimento, e quando dizemos sociedade do conhecimento queremos dizer uma coisa ao mesmo tempo mais ampla do que economia do conhecimento, mais ampla do que tecnologias contemporâneas ou do futuro, e mais ampla, evidentemente, do que sociedade da informação, mas que não nega nenhuma das outras componentes ou nenhum dos círculos concêntricos que organizam a nossa vida educativa. Mas o que é característico da educação é a ligação entre a

prática da educação no sentido geral da palavra, educação para a formação integral de pessoas, e a aposta no conhecimento, na transmissão do conhecimento, na aquisição e na produção de conhecimento como uma via real para a formação integral de todos. Não queremos fomentar os valores contra os saberes, não queremos desenvolver a formação por adição de sucessivas prateleiras aos seres que constituem as pessoas. Não, as pessoas são seres inteiros e de parte inteira. O que é típico, porém, da escola e dos sistemas de educação é apostar no valor do conhecimento, no valor do trabalho conjunto em torno do conhecimento e no valor específico do facto de esse trabalho ser dirigido por profissionais competentes e estatutariamente reconhecidos como tais.

Queria, contudo, demorar-me um pouco mais sobre a expressão “redes”, para pontuar a importância que lhe atribuímos. O que é promissor na concepção dos sistemas estruturados em rede é, se me permitem falar assim, o facto de subordinarmos as lógicas da organização aos modos de relação. E essa é uma mudança capital do nosso tempo e, do meu ponto de vista, incontornável, se queremos ganhar o desafio do desenvolvimento da educação neste novo século. Pensar as lógicas de organização subordinando-as aos modos e às intenções de relação significa pensar nos sistemas da única forma que é compatível, julgo, com as exigências e as janelas de oportunidade do nosso tempo. O que quero dizer com isto é muito simples, mas é essencial.

Os sistemas que ganharam uma dimensão, uma história, uma espessura temporal e institucional muito forte, como é típico da escola que foi criada no século XIX como escola nacional e como tal desenvolvida no século XX, estes sistemas que se caracterizam por aspectos que, por ordem decrescente de simpatia, designamos como rigidez, burocracia ou elefantíase, têm evidentemente uma história que não pode ser esquecida. É, aliás, sobre essa história que temos de construir o futuro. E não podemos esquecer também que aquilo que chamamos a lógica burocrática, cega e uniforme, foi e é também um elemento essencial para a promoção da igualdade das pessoas perante as regras, o carácter universal e abstracto das regras e a possibilidade de todos disporem de uma rede de segurança

comum. Mas, evidentemente, as potencialidades e as exigências dos processos de aprendizagem em que estamos crescentemente envolvidos não se compadecem com uma lógica ancorada apenas no valor da organização da instituição e das burocracias que lhe estão associadas. E, portanto, pensar em termos de redes como alternativa a organizações fechadas e codificadas à partida e para sempre é muito promissor, não porque signifique deixar de pensar em termos de sistema, mas porque significa pensar os sistemas, e neste caso os sistemas educativos e de formação, de outra maneira.

É muito interessante ver o desafio que a expressão “redes” coloca, por exemplo, às nossas escolas. Significa valorizar nas escolas a sua dimensão organizacional, evidentemente, mas característica de contextos educativos. Contextos educativos inseridos noutros contextos e com portas suficientes constantemente abertas para fluxos de interacção como outros contextos, sendo essa interacção independente da proximidade física. A fricção da distância de que falam os geógrafos é, justamente, aquilo que a mudança tecnológica e comunicacional do nosso tempo permite ir constantemente diminuindo. E portanto, por aí há uma concepção das escolas a prosseguir e a realizar sem perder nada do núcleo essencial do que constitui uma escola. Gosto muito de definir esse núcleo essencial citando Paulo Freire: onde há gente em comunicação, pensando sobre a sua prática, não descurando a sua prática mas pensando sobre ela, aí existe uma escola. Conceber as escolas numa lógica de centros ou facilitadores locais de processos de educação, formação e comunicação. Promover as redes entre escolas, sejam escolas de um sistema nacional sejam escolas de vários sistemas nacionais, e as redes entre escolas e outros centros e processos de formação, é uma primeira direcção essencial para a construção progressiva de um sistema de educação mais ágil e moderno.

Em segundo lugar, a relação entre periferia e centro. Produziu-se em Portugal um conjunto de estudos, designadamente na sociologia da educação, em torno da grande ideia de que o sistema educativo se organizava por um centro e por sucessivas periferias. Alguns de nós tentávamos identificar as margens de inovação contidas nas periferias dos sistemas, quase esmagadas, pressupunhamos, pelo centralismo desses

sistemas; outros mostravam a lógica pesada da irradiação a partir de cima e do centro de modelos prontos a usar.

Ora, quando pensamos em termos de sistemas estruturados em redes é que as dicotomias centro/margens ou centro/periferias deixam de ter validade. A rede é a metáfora que usamos para designar modos de agir estruturados por relações mais numerosas e complexas, e não apenas a velha e canónica relação entre um centro do sistema e as suas margens, independentemente de sabermos se o centro do sistema organiza, racionaliza ou esmaga as margens, ou se as margens têm capacidade de resistir, inovar, contra-produzir ou argumentar em relação ao centro. E, portanto, há uma segunda, julgo eu, direcção muito importante na lógica de pensar os sistemas de educação e formação como sistemas de redes que é, justamente, pensá-los de forma um pouco mais horizontal, um pouco mais plástica, uma lógica que permite ultrapassar a velha dicotomia entre centros e periferias. Aqueles que conhecem algumas das mais interessantes inovações nas ciências sociais e históricas, poderão aproveitar aqui a ideia do *scarto*, quer dizer da distância produtiva ou do potencial inovador que resulta de haver alguma distância face a um centro, a uma lógica de comando central de um sistema.

Uma terceira direcção muito importante é a que desafia as funções de criação (ou produção, ou concretização) e as funções de regulação e autoridade num sistema organizado. Vejamos a relação entre as escolas e a organização central e o comando político do Ministério da Educação. Se pensarmos em termos de sistemas de redes, deixamos muito mais liberdade, deixamos também muito mais responsabilidade e muito mais incerteza e perigo às escolas. É um elemento com o qual, aliás, a cultura tradicional da sociedade portuguesa se mostra relutante em lidar, mas é um elemento essencial. Quando falamos na autonomia dos sujeitos e quando falamos na autonomia das escolas como sujeitos da sua própria organização e da sua própria acção, queremos ao mesmo tempo dizer que elas merecem mais recursos para isso, mas estamos também a dizer-lhes que elas ficam mais responsáveis e, de um certo modo, num contexto de maior incerteza. Os sistemas de redes são sistemas mais incertos, porque são sistemas mais

dinâmicos. E é preciso nós habituarmo-nos a isto. E, portanto, o que é que nós devemos ter? Um conjunto de critérios claros de afectação de recursos às escolas; programas comuns, chamemo-lhes currículos, do ponto de vista pedagógico, ou chamemos-lhes regimes de administração e gestão, do ponto de vista organizacional, ou chamemos-lhes outras coisas; padrões nacionais e internacionais de referência, e processos de avaliação, aferição e acreditação nacional. Mas devemos ter muito maior margem de manobra para as escolas, os centros de formação e as dinâmicas locais que eles constituem ou facilitam.

Há ainda uma quarta e última dimensão, um desafio muito importante aos profissionais e ao modo como se codificam as profissões e os desempenhos profissionais. Não avançamos num sistema de redes se tudo continuar a ser discutido centralmente, entre nomenclaturas políticas, ou sindicais e uso a palavra nomenclatura sem nenhuma espécie de sentido pejorativo. Temos de avançar claramente para um conjunto de referenciais, compromissos e exigências, nos quais ganhem muito maior flexibilidade as condições do desempenho profissional. Se teirmos em subordinar, por exemplo, a forma de organização de tempos lectivos às determinações inscritas há décadas nos procedimentos de organização dos horários dos professores, estaremos a proceder mal. Estaremos a proceder bem se partirmos do que pensamos serem as melhores formas de organização do trabalho educativo, sem esquecer nenhum dos direitos dos profissionais. Essa é a maneira justa e acho que é a maneira cada vez mais necessária para trabalhar em termos de redes.

Não estou a afastar-me do tema do encontro. Sei que neste encontro se vai falar muito de novas tecnologias de informação e comunicação, e das potencialidades que elas abrem, para o trabalho das escolas e dos restantes contextos de formação em rede. Não me estou a afastar, estou apenas a tentar contextualizar. As tecnologias não são apenas meios ou instrumentos. As tecnologias são também contextos e linguagens, modos de comunicação. Não sou nem partidário do determinismo tecnológico, nem partidário daqueles que neutralizam o efeito próprio das tecnologias. E julgo que as novas tecnologias de informação e comunicação constituem uma janela de

oportunidade fundamental para a organização progressiva, para a construção no terreno dos sistemas de educação e formação como sistemas estruturados em redes. Porque as possibilidades de alargamento dos contextos, tornando-os menos dependentes das determinações físicas e espaciais, são evidentes, porque as possibilidades de aceleração do tempo da comunicação e do tempo da aquisição e da transmissão de conhecimentos são também evidentes, porque as possibilidades de multicentrismo, quer dizer de multipolarização das fontes de emissão do conhecimento, são também evidentes, porque as possibilidades na reconstrução da relação pedagógica, como a relação entre sujeitos que aprendem e não apenas entre um que ouve e outro que fala, são também evidentes. Mas entendo também que a melhor maneira de pensarmos a adequação das tecnologias de informação e comunicação aos contextos e aos processos formativos, sem cairmos apenas nos efeitos de moda, é pensá-las precisamente em relação com este movimento mais geral de reconstrução dos nossos sistemas de educação e formação como redes estruturadas de parceiros que comunicam entre si, segundo regras e segundo objectivos comuns, mas com a liberdade, a diversidade e a plasticidade suficientes para encontrarem os melhores caminhos para seguirem essas regras, chegarem a esses objectivos e cumprirem essas exigências comuns.

Muito obrigado.